

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Acordo sobre Braskem avança, mas ação em Alagoas e 20-F estão no radar.....	2
Título: Resultado no 1º tri deve ser fraco, dizem analistas.....	3
Título: Lucro da Petrobras cai 42% no 1º trimestre.....	5
Título: BR vai avaliar possibilidade de compra de refinarias.....	6
Título: CNOOC busca sócio para bloco na bacia do Espírito Santo.....	8
Título: Suspensão da mina Brucutu impulsiona preço do minério.....	10
Título: Déficit será de 40 milhões de toneladas este ano, diz CRU.....	11
Título: Salles refuta ataques e nega desmonte no Meio Ambiente.....	13
Título: Suely Araújo e antecessora respondem às críticas.....	20
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	21
Título: Queda na produção de óleo e gás faz lucro da Petrobrás cair 42% no 1º tri.....	21
Título: » À frente.....	23
VEÍCULO: Folha de S. Paulo.....	24
Título: Petrobras produz menos e reduz margens, e lucro recua 42% no 1º tri.....	24
Título: No ano, gasolina sobe 35% na refinaria, mas só 3,7% na bomba.....	25
VEÍCULO: O Globo.....	26
Título: Lucro da Petrobras cai 42% no 1º trimestre e soma R\$ 4,03 bilhões.....	26
Título: Tesoura corta nas Forças Armadas.....	28
Título: Rádio Mineração.....	30

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes e Graziella Valenti | De São Paulo****Título: Acordo sobre Braskem avança, mas ação em Alagoas e 20-F estão no radar**

Após acertarem os grandes números do acordo de venda da Braskem, Odebrecht e LyondellBasell trabalham agora nas condições da operação, apurou o **Valor**. Ao mesmo tempo, a petroquímica brasileira vive dias agitados, com assuntos que afetam as negociações em curso. Além do balanço do primeiro trimestre, estão no radar a divulgação do laudo oficial sobre eventos geológicos em bairros de Maceió (AL), que motivaram ação civil pública contra a companhia, e o encerramento do prazo para entrega do formulário 20-F de 2017, que pode levar à deslistagem na Bolsa de Nova York (Nyse).

Segundo fontes próximas às negociações, as tratativas entre Odebrecht e LyondellBasell, que começaram há praticamente um ano, estão avançadas. Mas ainda é preciso alcançar consenso em uma série de temas. Além disso, o grupo holandês tem reiterado que uma condição precedente para o fechamento da transação é a entrega do 20-F à Securities and Exchange Commission (SEC), uma formulário anual completo obrigatório para companhias estrangeiras listadas na Nyse. Segundo o **Valor** apurou, o envio do documento tem esbarrado em exigências adicionais da PwC que auditava o balanço da petroquímica brasileira nos Estados Unidos até 2017.

Na sexta-feira à noite, a Braskem informou que "segue empreendendo esforços importantes e recursos significativos" para entregar o 20-F, mas admitiu a possibilidade de não conseguir encerrar os trabalhos até o dia 16. Caso isso ocorra, iniciam-se os procedimentos para que suas ações deixem a Nyse. A deslistagem não é imediata e, mesmo que se consume, os papéis da Braskem ainda poderão ser negociados no mercado de balcão americano, de menor liquidez e onde há outras grandes companhias, como a Bayer.

Apesar do risco real de saída da Nyse, há expectativa de que os trabalhos possam ser finalizados em prazo anterior ao da efetivação da deslistagem.

No Brasil, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) deve tornar público ainda hoje o laudo oficial sobre as causas do afundamento do solo em três bairros de Maceió, onde a Braskem tem uma mineração de sal-gema, usado na produção de cloro-soda. O resultado do laudo pode levar a novos

desdobramentos na Justiça sobre os R\$ 2,7 bilhões em dividendos da companhia que estão suspensos.

Há duas semanas, o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL) negou um pedido de liminar para anular uma decisão do desembargador Alcides Gusmão da Silva, que determinou a suspensão da distribuição de dividendos proposta pela Braskem - o valor recorde de R\$ 2,67 bilhões. Dois dias antes, a assembleia da petroquímica foi encerrada sem deliberar sobre o assunto. A disputa começou em abril, quando o Ministério Público Estadual e a Defensoria de Alagoas iniciaram ação civil pública contra a Braskem pedindo o bloqueio de R\$ 6,7 bilhões em bens, incluindo ações, sob a alegação de que há evidências de que a extração de sal-gema está relacionada aos eventos geológicos nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro.

A Justiça acatou parcialmente o pedido e limitou a até R\$ 100 milhões o valor a ser bloqueado, já que ainda não há laudo conclusivo. MPE e Defensoria recorreram e o TJ-AL determinou que o pagamento dos R\$ 2,7 bilhões em dividendos não fosse apreciado até análise do mérito do recurso. Na prática, suspendeu a distribuição do provento. Com a divulgação do laudo oficial da CPRM, esse processo tende a voltar a caminhar.

Conforme a Braskem, ao menos dois renomados especialistas indicaram que as rachaduras e afundamento de solo no Pinheiro são explicados por uma sucessão incomum de tremores de terra, que reativou a falha geológica que passa por Maceió, o que isenta a companhia de responsabilidade.

A entrega do 20-F e os efeitos da ação em Alagoas sobre os dividendos estão entre os fatores que contribuíram para que um acordo de compra e venda da Braskem, entre a controladora Odebrecht e a LyondellBasell, não tenha sido assinado até agora. No caso do 20-F, questionamentos sobre processos e controles internos da companhia brasileira podem chegar à LyondellBasell, ela mesma listada na bolsa americana, e isso afeta as tratativas.

Em Alagoas, a eventual responsabilidade da Braskem pelos problemas seria herdada pelos novos controladores e já existe entendimento disso - mas as incertezas quanto aos dividendos atingem também a Odebrecht, cuja situação financeira tornou-se muito frágil após a Operação Lava-Jato.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Resultado no 1º tri deve ser fraco, dizem analistas

A Braskem deve reportar fraco desempenho operacional no primeiro trimestre e é possível que a última linha do balanço venha negativa, segundo previsão de analistas. A demanda menor em praticamente todo o portfólio da companhia e margens mais fracas, com destaque para o polietileno (PE), contribuíram para esses resultados, que serão divulgados hoje após o fechamento dos mercados.

Para a receita líquida trimestral da Braskem, Santander e UBS projetam R\$ 12,76 bilhões na média, com queda de 2,1% na comparação anual. A piora ficará mais evidente no resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), que deve recuar 48,3%, a R\$ 1,37 bilhão, segundo média das estimativas de UBS, Santander e Safra.

Para a última linha do balanço, não há consenso. Enquanto UBS e Santander esperam prejuízo de R\$ 502 milhões e R\$ 47 milhões, respectivamente, o Safra calcula lucro líquido de R\$ 225 milhões. Um ano antes, a Braskem lucrou pouco mais de R\$ 1 bilhão.

Na avaliação dos analistas Christian Audi, Gustavo Allevato e Rodrigo Almeida, do Santander, a petroquímica brasileira deve ficar com o destaque negativo do trimestre entre as companhias do setor na América Latina. Além do menor "spread" (diferença de preço em relação à matéria-prima) em polietileno e em polipropileno e da demanda global desaquecida, a persistente baixa taxa de utilização do complexo petroquímico no México pesou no resultado operacional do intervalo. "No México, esperamos taxa de utilização de 75%, abaixo do nível desejado de pelo menos 90%", escreveram.

Os analistas do UBS e do Safra destacaram a piora do "spread" especialmente no polietileno, que parece ter alcançado o ponto mais baixo do ciclo diante da entrada em operação de novas fábricas e da desaceleração econômica mundial. "O 'spread' do PE em relação à nafta está com 40% de desconto frente à média e não vemos mudança no curto prazo", afirmou o analista Kaique Vasconcellos. As margens do polipropileno e do PVC estão ligeiramente abaixo da média histórica, acrescentou.

Para Luiz Carvalho, do UBS, a Braskem está bem posicionada, com oferta diversificada e posicionamento geográfico favorável, o que justifica o fato de ser negociada a múltiplos maiores do que a média histórica. Contudo, no primeiro trimestre, os resultados devem vir "muito fracos", principalmente por causa do negócio de polietileno.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito, Rafael Rosas, Marcelle Gutierrez e Rodrigo Rocha | Do Rio e de São Paulo****Título: Lucro da Petrobras cai 42% no 1º trimestre**

Em seu primeiro balanço com a nova norma contábil IFRS 16, a Petrobras confirmou a expectativa do mercado e registrou queda de 42% no lucro líquido do primeiro trimestre de 2019, em relação a igual período de 2018, totalizando R\$ 4,031 bilhões. De acordo com a companhia, a redução refletiu a queda de 5% na produção de petróleo e gás natural no período e menores volumes de vendas. Também pesaram no resultado a retração dos preços do petróleo e as menores margens de comercialização de derivados no período.

No primeiro trimestre, a receita líquida da petroleira alcançou R\$ 80 bilhões, com alta de 7% em relação a igual período de 2018. Na mesma comparação, o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) também cresceu 7%, para R\$ 27,487 bilhões.

Excluindo o efeito da mudança contábil e de outros itens especiais, a petroleira alcançou lucro de R\$ 5,142 bilhões, com queda de 5%, em relação ao apurado no primeiro trimestre de 2018, considerando a mesma fórmula.

A norma IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo. Assim, a Petrobras deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento e passa a reconhecer, em sua demonstração de resultado, os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados e a despesa financeira e a variação cambial apurados com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

Como as operações de exploração e produção (E&P) da empresa são predominantemente em águas profundas e ultra profundas, a Petrobras possui grande número de plataformas e embarcações arrendadas, o que afeta fortemente a dívida da companhia.

Nesse cenário, a dívida líquida da Petrobras alcançou R\$ 372,2 bilhões no primeiro trimestre, com crescimento de R\$ 103,4 bilhões (38%), ante os R\$ 268,8 bilhões reportados no trimestre exatamente anterior. De acordo com a petroleira, desconsiderando a mudança contábil, o endividamento líquido no primeiro trimestre seria de R\$ 266,3 bilhões.

O crescimento da dívida influenciou o nível de endividamento, que passou de 2,34 vezes a dívida líquida/Ebitda, no fim do ano passado, para 3,19 vezes ao fim de março deste ano. Segundo a empresa, retirando os efeitos da IFRS 16, essa relação seria de 2,37 vezes.

Com relação a itens não-recorrentes, conforme havia anunciado anteriormente, a Petrobras registrou uma provisão para perdas e contingências com processos judiciais de R\$ 1,374 bilhão referente ao litígio envolvendo a empresa de sondas Sete Brasil.

Na parte operacional, a área de exploração e produção da Petrobras registrou queda de 12% do lucro líquido no primeiro trimestre, ante igual período do ano anterior, para R\$ 10,138 bilhões. A queda foi influenciada pela diminuição de 6% na produção de petróleo, na mesma comparação, para 1,971 milhão de barris diários. Considerando a produção de óleo e gás natural, a média do primeiro trimestre deste ano foi de 2,46 milhões de barris de óleo equivalente por dia (BOE/dia), recuo de 5% ante os primeiros três meses de 2018.

De acordo com a empresa, a queda na produção foi motivada principalmente pela concentração de paradas para manutenção e atraso na entrada em operação de algumas plataformas.

O preço do petróleo também não ajudou. Nos primeiros três meses do ano, o preço médio de venda de petróleo da companhia, de US\$ 59,05 por barril, foi 5% menor que o apurado em igual período do ano passado.

O segmento de refino também registrou forte queda (38%) do lucro no primeiro trimestre, em relação a igual período de 2018, totalizando R\$ 1,905 bilhão. Apesar do crescimento de 4% da produção de derivados na mesma comparação, para 1,74 milhão de barris por dia, o resultado foi enfraquecido pelas menores margens de vendas.

O fator de utilização do parque de refino cresceu de 72%, no primeiro trimestre de 2018, para 75% de janeiro a março deste ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: BR vai avaliar possibilidade de compra de refinarias

A BR Distribuidora vai avaliar a possibilidade de adquirir refinarias colocadas à venda pela sua controladora Petrobras. Segundo o novo presidente da

companhia, Rafael Grisolia, a empresa estará atenta aos desdobramentos do programa de venda de refinarias da estatal.

"Temos o dever, como distribuidora, de olhar isso pelos diferentes ângulos", afirmou ontem o executivo, durante teleconferência com investidores sobre o resultado da empresa no primeiro trimestre.

Em meio aos planos da Petrobras de fazer uma oferta secundária de ações da BR, Grisolia prega um discurso de continuidade na administração da subsidiária. Em suas primeiras declarações à frente da BR, o executivo disse que sua gestão se concentrará na "evolução e foco" sobre as diretrizes do atual plano de negócios da companhia. E destacou que, independentemente da posição de seu controlador, manterá os esforços nos trabalhos para formulação do novo modelo de negócios de conveniência e do Cartão Caminhoneiro.

Grisolia disse que a companhia espera apresentar "muito em breve" a proposta de operacionalização do produto voltado para os caminhoneiros. Anunciado pelo governo como parte de um pacote de medidas para conter a greve da categoria, a iniciativa é uma espécie de cartão pré-pago que permitirá que caminhoneiros e proprietários de frotas comprem diesel a valores pré-determinados. Ele defendeu que o ambiente externo mudou desde a paralisação de 2018 e a BR, como uma distribuidora, tem a "obrigação de ser sensível" às demandas da sociedade.

Grisolia disse que sua gestão manterá as diretrizes do plano de negócios, de focar em ativos que "agregam valor, de fato" aos negócios da distribuidora. Ele destacou, no entanto, que ainda vai revisar alguns pontos do plano estratégico e desinvestimentos da BR.

"Na parte de energia e gás [setor onde a empresa possui a concessão dos serviços de distribuição no Espírito Santo], precisamos pensar no longo prazo, o quanto a BR pode ter um papel diferenciado no futuro. Pode ser que a gente revise alguma coisa, mas nada confirmado", comentou ele.

Dentre os pilares do plano de negócios da empresa, Grisolia destacou que a BR continuará olhando para a melhora de suas margens e redução de custos, além da geração de valor nos negócios de lubrificante e conveniência.

Questionado sobre os eventuais impactos do "follow-on" (oferta subsequente) da Petrobras sobre a administração da distribuidora, Grisolia disse que a petroleira mantém o entendimento de que a BR é a "porta-bandeira de sua marca". O executivo disse acreditar, ainda, que a operação deve levantar um debate se a BR deve continuar ou não submetida à Lei das Estatais. Segundo ele,

a governança da distribuidora será uma "discussão importante" em relação aos "próximos passos" do "follow-on".

"A Lei das Estatais tem um aspecto de governança muito importante. A governança é um valor fundamental para nós, mas algumas colocações que a Lei das Estatais traz para uma empresa que tem que competir tão diretamente, como a BR Distribuidora tem de fazer, cria dificuldades em relação a contratações [de bens e serviços], em como lidar com gestão de pessoas...", afirmou.

Dentro da diretriz de geração de valor às atividades da empresa, Grisolia disse que a companhia mantém os planos de buscar um sócio para acelerar o ritmo de expansão das lojas.

"Os processos [de geração de valor na conveniência e lubrificantes] não precisam parar por uma decisão de como vamos nos comportar em relação à participação da Petrobras [sobre o "follow-on"]... Parar os projetos não faz sentido. Pelo contrário, temos de mostrar eventualmente para potenciais novos investidores o que temos andando nesse sentido", disse.

O diretor de rede de postos e varejo, Marcelo Bragança, explicou que a BR está avaliando diferentes possibilidades de modelo. "Um deles é pegar os ativos que temos hoje, os contratos de franquia, e juntar numa joint venture ou outro modelo societário com um parceiro", afirmou.

Questionado se a parceria representará algum tipo de aporte no caixa da BR, ele disse que isso ainda dependerá do modelo de negócios a ser definido. "Pode ter um aporte inicial, sim. Vamos olhar isso com todo cuidado e critério", afirmou o diretor.

Junto com a remodelagem da conveniência, a BR também tem planos de expansão de sua rede de postos. Após anunciar o embandeiramento de 52 postos da rede Duque, em São Paulo, a companhia continua olhando novas oportunidades de expansão "em todos os locais do país".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: CNOOC busca sócio para bloco na bacia do Espírito Santo

A petroleira chinesa CNOOC colocou à venda uma participação no bloco ES-M-592, em águas profundas na Bacia do Espírito Santo. O objetivo da companhia é encontrar um parceiro para desenvolver a área em conjunto.

"Estamos procurando parceiros", disse ontem o presidente da CNOOC no Brasil, Sheng Jianbo, em evento da FGV sobre negócios entre China e Brasil, no Rio.

O executivo não detalhou a fatia do bloco que foi colocada à venda. Hoje, a chinesa detém 100% da área, arrematada por R\$ 23,6 milhões de bônus de outorga na 14ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 2017.

Questionado sobre o interesse da companhia na 6ª Rodada do Pré-sal, marcada para 7 de novembro, Sheng disse que a empresa está estudando a possibilidade de participar do leilão. "A CNOOC está olhando", disse.

De acordo com o executivo, a CNOOC tem planos de expandir sua atuação no Brasil.

Sheng acrescentou que a produção atual de petróleo e gás natural no campo de Mero, no pré-sal da Bacia de Santos, onde a companhia possui 10% de participação, é de 58 mil barris de óleo equivalente (BOE) por dia. Os demais sócios da área são Petrobras (operadora, com 40%), Shell (20%), Total (20%) e a também chinesa CNPC (10%).

Presente ao evento, o representante da State Grid Brazil Holding (SGBH), braço brasileiro da estatal chinesa State Grid, Chang Zhongjiao, disse que a empresa pode estudar a aquisição de ativos de transmissão de energia em construção ou operação no país "se estiver em linha com a nossa estratégia". Questionado sobre a Argo, transmissora de energia colocada à venda pelo fundo Pátria e que possui 1,1 km de linhas previstos para entrar em operação no meio deste ano, o executivo disse que ouviu sobre essa informação, mas não forneceu detalhes sobre um eventual interesse da SGBH pelo negócio.

Chang acrescentou que a companhia tem interesse em desenvolver novos projetos no Brasil. Segundo ele, a empresa tem planos de longo prazo no país.

A SGBH colocará em operação, ainda neste ano, o segundo linha que escoará energia da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), para o Sudeste, com 2,5 mil km de extensão e capacidade de transmissão de cerca de 4 mil megawatts (MW). O investimento na obra é de R\$ 9 bilhões.

A SGBH tem 11 mil km de linhas em operação no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume | Financial Times, de Londres

Título: Suspensão da mina Brucutu impulsiona preço do minério

O preço do minério de ferro subiu ontem para perto de seu valor mais alto em cinco anos, depois que Vale, maior produtora mundial, reduziu as previsões para a matéria prima do aço.

A brasileira informou que as vendas de minério devem ficar no limite inferior de uma faixa entre 307 milhões e 332 milhões de toneladas por causa de um novo revés judicial. Antes a empresa espera atingir o meio dessa faixa.

Na segunda-feira, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais suspendeu uma sentença que autorizava a retomada das operações na mina Brucutu, que produz 30 toneladas de minério de ferro ao ano e fica ao leste de Belo Horizonte.

A Vale foi obrigada a suspender suas operações de mineração em vários locais como consequência do desastre do rompimento da barragem de sua mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), há três meses, que provocou mais de 200 mortes. Uma das minas paralisadas foi a Brucutu.

Essas interrupções, combinadas com problemas climáticos em minas importantes da Austrália, ajudaram a impulsionar o preço do minério, que ontem subiu 1,9% no porto de Qingdao, a US\$ 96,15, segundo a publicação especializada "Fastmarkets MB". Alguns operadores acreditam que logo o preço atinja US\$ 100 por tonelada.

A Vale tem alegado que não existe base legal ou técnica para suspender a produção em Brucutu. Segundo ela, a barragem de armazenamento de rejeitos da mina foi certificada como segura por auditores externos. A empresa planeja recorrer da decisão do TJMG.

"As notícias de ontem, de que um tribunal revertera esta sentença é mais uma evidência dos obstáculos para que a Vale retome qualquer operação paralisada de minério de ferro. Prevemos que a maioria dessas suspensões vai persistir até 2020", disseram analistas da Jefferies. "O impacto desse choque de fornecimento sem precedentes no mercado do minério de ferro vai se intensificar à medida que os estoques continuem a baixar."

Os estoques portuários na China, maior fabricante de aço do mundo, estão caindo rapidamente. No fim da semana passada, eles estavam em 133,6 milhões de toneladas - o nível mais baixo desde outubro de 2016. Ao mesmo tempo, as usinas siderúrgicas chinesas estão a todo vapor, produzindo quantidades recordes de aço.

O vigor dos preços do minério de ferro é uma boa notícia para os principais produtores, um grupo que inclui Anglo American, BHP Group, Fortescue Metals Group e Rio Tinto.

Quando à Vale, a companhia brasileira deve divulgar seu balanço amanhã. "A expectativa é que os resultados financeiros incluam medidas e depreciações decorrentes da tragédia e prevemos que este período seja ruidoso", disse Tyler Broda, analista da RBC Capital Markets.

Broda prevê que ela tenha vendido 80 milhões de toneladas nos três meses até março, abaixo das 96 milhões de toneladas do trimestre anterior.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Déficit será de 40 milhões de toneladas este ano, diz CRU

O mercado transoceânico de minério de ferro, que envolve as transações globais com a commodity, terá déficit de, no mínimo, 40 milhões de toneladas em 2019, segundo estimativas da consultoria britânica CRU. No Brasil, o Bradesco BBI tem projeção semelhante: déficit de 45 milhões de toneladas este ano. Essa situação vai fazer com que os preços do minério de ferro se mantenham elevados ao longo do ano, em uma faixa entre US\$ 80 e US\$ 100 por tonelada nas contas do banco, e entre US\$ 80 e US\$ 90 no restante de 2019, nas projeções da CRU.

A redução na oferta global de minério de ferro resulta de dois fatores principais: a tragédia de Brumadinho, em Minas Gerais, em janeiro, e a ocorrência de ciclones tropicais na Austrália, em março.

Erik Hedborg, analista sênior para minério de ferro da CRU, disse que há aumento de oferta de minério de ferro em outras partes do mundo, caso da Índia, China e Irã. Mas esse movimento não tem sido suficiente para compensar a perda dos principais produtores (Austrália e Brasil) e, como consequência, haverá redução de estoques. A desestocagem será fonte adicional de suprimento.

Entre analistas de bancos, existe avaliação semelhante: a entrada de outros produtores não será suficiente para suprir o déficit. Para Karel Luketic, analista de mineração e siderurgia da XP, existe falta de visibilidade de preços a mais longo prazo (2021-2022), o que inibe investimentos em novas capacidades de minério de ferro por atores não tradicionais do setor. O Itaú BBA também indicou recentemente a dificuldade do mercado de compensar a perda de produção de minério de ferro do Brasil.

"O mercado estará mais bem equilibrado no próximo ano à medida em que os grandes produtores da Austrália se recuperem e o sistema norte da Vale [no Pará] continue aumentando a oferta", disse Hedborg, da CRU. Ele afirmou que as principais mineradoras australianas não conseguem aumentar ainda mais a produção.

A demanda, por sua vez, tem sido forte neste ano, disse Hedborg. "As siderúrgicas chinesas conseguiram produzir um pouco mais do que no primeiro trimestre de 2018. Após restrições mais brandas em abril, a produção disparou e estamos vendo uma demanda mais forte a curto prazo. No entanto, a demanda será um pouco mais fraca no segundo semestre."

A China tem sido a principal fonte de demanda global por minerais e metais. Em 2018, as compras chinesas representaram 72% da demanda global por minério de ferro, 51% da demanda por níquel e 49% da demanda por cobre.

Hedborg estimou que os preços do minério de ferro serão "muito altos" em 2019. No entanto, advertiu: "Estamos prevendo que os preços caiam um pouco na segunda metade do ano à medida que oferta fora de Minas Gerais se recupere, enquanto vemos mercado mais fraco na China." Disse que os preços vão permanecer entre US\$ 80 e US\$ 90 por tonelada pelo resto do ano. "No entanto, as coisas podem mudar rapidamente com base em novas suspensões ou minas retomando as operações no Brasil."

O Bradesco BBI aumentou, por sua vez, recentemente, sua estimativa de preço médio para o minério de ferro de US\$ 80 para US\$ 90 por tonelada, na média de 2019. Em relatório, o banco previu que a Vale deve deixar de vender cerca de 60 milhões de toneladas este ano, enquanto os australianos deixariam de colocar no mercado 25 milhões de toneladas como resultado do efeito dos ciclones na Austrália.

Nesse cenário, avaliam especialistas, a Vale tende a ser a principal prejudicada. É possível que a empresa perca participação de mercado para os concorrentes australianos caso demore a retomar a produção. Pode, inclusive, ser ultrapassada pela Rio Tinto como maior produtora mundial da commodity. A

Vale indicou que os impactos de Brumadinho na produção de minério de ferro da empresa somam 93 milhões de toneladas anuais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2019

Seção: Especial

Autor: Daniela Chiaretti | De São Paulo

Título: Salles refuta ataques e nega desmonte no Meio Ambiente

O ministro do Meio Ambiente Ricardo de Aquino Salles reage às acusações de protagonizar o desmonte ambiental do país. "Recebi o ICMBio destruído, com frota sucateada, prédios abandonados, falta de quadros. O Ibama, a mesma coisa", diz, referindo-se aos órgãos ambientais que cuidam das unidades de conservação, do licenciamento e da fiscalização. "Estou consertando o que eles fizeram."

Diferentemente de seus antecessores, que reclamavam de cortes no orçamento, Salles - fundador do Movimento Endireita Brasil e filiado ao partido Novo - acha que o problema é de gestão. O advogado de 43 anos tem outro entendimento também quanto a colocar o time em campo quando pautas desembarcam no Congresso e ameaçam a área ambiental: "Se por acaso avançar, aí sim o Executivo vai se posicionar".

A pauta dos produtores rurais é cara ao ministro do Meio Ambiente, que já foi diretor da Sociedade Rural Brasileira. Ele enxerga a preservação dos recursos naturais pela ótica da produção. O caso do Parque Nacional dos Campos Gerais, no Paraná, é exemplo. Salles quer resolver um problema fundiário herdado de governos passados. Convencido de que os proprietários rurais têm razão no caso, estuda mudar parte do status da unidade de conservação.

Salles recebeu o **Valor** na semana passada, na sede do Ibama em São Paulo, e deu a sua versão dos fatos. A seguir, trechos da entrevista:

Valor: *Por que o senhor militarizou o Ministério do Meio Ambiente?*

Ricardo Salles: Não militarizei. Trouxe policiais ambientais que tinham trabalhado comigo em São Paulo. Pessoas da minha confiança, que entendem do tema, mas, acima de tudo, pela capacidade de gestão. Um pessoal muito qualificado.

Valor: *Qualificado para ocupar secretarias do ministério?*

Salles: Sim. Vários atuam na área ambiental. O brigadeiro Camerini [Eduardo Camerini, atual secretário de Biodiversidade] é a maior autoridade da Aeronáutica em biociências. Além disso, há um corpo técnico no ministério. Não é uma pessoa sozinha que vai qualificar uma ação. Funcionários que lá estão dão suporte aos dirigentes.

Valor: *O sr. diz que dará prioridade ao saneamento, mas o MMA não tem verba nem atribuição para isso.*

Salles: Nem nunca teve. O papel do ministério é o de chamar a atenção para tornar o tema prioritário. Para avançarmos na política pública de universalização. Temos um problema nacional, inclusive nos Estados ricos, com consequências ambientais e na saúde. A mudança na MP do saneamento e a vinda do investimento privado é que vão dar um encaminhamento. Nenhum ministério sozinho vai dar conta de resolver um tema tão negligenciado no Brasil.

Valor: *O sr. quer rever o status do Parque Nacional dos Campos Gerais, onde está a maior área protegida de araucárias do mundo?*

Salles: É um lugar espetacular, mas nem tudo ali é floresta de araucária. Delimitou-se um perímetro para o parque sem estudo. Sobrevoei a região, não tem problema ambiental nenhum. E não é graças ao parque ou ao ICMBio [Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade], mas graças aos que produzem de modo sustentável e cuidam da natureza.

Valor: *São 150 proprietários e há um problema fundiário.*

Salles: O problema fundiário é decorrência da falta de planejamento em instituir unidades de conservação. Ali as propriedades integram áreas de cultivo e APPs (Área de Preservação Permanente), Reserva Legal, florestas. Não tem problema nenhum.

Valor: *Os produtores estão em um lugar onde não deveriam estar.*

Salles: O problema é jurídico, não ambiental. Não se pode criar uma unidade de conservação à revelia da realidade do entorno. Todas essas áreas afetadas são propriedades sustentáveis e ainda assim o Estado tem que desapropriá-las? Não faz sentido.

Valor: *Estão ao lado do maior maciço de araucárias do mundo.*

Salles: O maciço de floresta continua lá, e as propriedades, também. Devem conviver. Colocar R\$ 2 bilhões para desapropriar áreas totalmente sustentáveis é incoerência administrativa. O Estado tinha cinco anos para desapropriar. Não desapropriou. Isso foi em 2006. Está tudo errado e há vários casos assim. O ilegal é o governo. Foi ele quem criou uma restrição à propriedade privada e não indenizou.

Valor: *Mas os cientistas e técnicos querem salvar o que sobrou das araucárias, que é menos de 0,8%.*

Salles: Deveriam ter dito "isso está preservado". E por quem? Pelas pessoas do entorno. É importante reconhecer quem tem mérito. Senão parece que até a criação do parque todos estavam destruindo, e o ICMBio reverteu a tendência. Não é verdade.

Valor: *Mais ou menos. Se fosse assim, Mata Atlântica e outros biomas estariam preservados.*

Salles: A Mata Atlântica foi preservada porque vários dos lugares onde ela continuou eram inadequados para a agricultura. E foi o Estado quem obrigou os proprietários a abrirem a terra. Não pode tirar isso de horizonte.

Valor: *Como se arruma isso?*

Salles: Não tem sentido gastar R\$ 2 bilhões em um país que não tem saúde e educação, saneamento e segurança pública. Gastar para desapropriar em área que está cuidada, na mão de alguém que produz, gera renda, emprega. Mas do jeito que está, a unidade de proteção integral exige que tudo o que está dentro seja desapropriado. Isso só se justifica neste caso. Aqui não pode ter atividades que prejudiquem. Vamos fazer um mapeamento. Existe uma ideia de fazer um mosaico de áreas protegidas.

Valor: *O sr. vai juntar Ibama com ICMBio de novo?*

Salles: Não sei ainda. Nossa ideia continua sendo dar maior eficiência na gestão. Se não tiver ganho de sinergia, não faremos.

Valor: *O sr. demitiu 21 superintendentes das 27 regionais do Ibama. Ainda estão acéfalas?*

Salles: Quatro superintendências estão preenchidas, estamos no processo final de entrevista para mais três Estados e, em duas semanas, mais quatro. Entrevisto pessoalmente os candidatos.

Valor: *Quais os requisitos?*

Salles: Pessoas de conduta exemplar e que tenham conhecimento da matéria.

Valor: *E nas fronteiras onde queimam sedes e viaturas do Ibama?*

Salles: Nesses lugares, a pessoa tem que ser muito boa de fiscalização. Há também uma questão de remuneração. Nem todos estão dispostos a mudar para lugares onde precisa. Um superintendente do Ibama ganha R\$ 9 mil.

"Os outros fizeram muito menos pelo meio ambiente do que estou fazendo. Recebi o ICMBio destruído, com frota sucateada"

Valor: *Quais as novidades no Pagamento por Serviços Ambientais?*

Salles: Conversamos com o Banco Mundial para destinação de recursos para PSA. Na primeira leva, uma parte de US\$ 30 milhões iria para florestas, para PSA, e US\$ 20 milhões, para a Marinha, no programa de combate ao lixo do mar.

Valor: *É doação? Para este ano?*

Salles: Sim. Estamos estabelecendo os critérios. Dando certo, é um bom instrumento de preservação para captar no exterior. Qual é a lógica? Vamos usar estes US\$ 30 milhões para um projeto-piloto. Estamos estudando locais nos Estados que têm melhor capacidade. Depois, a ideia é conversar lá fora e dizer: vocês não querem que a gente preserve? Está aqui um instrumento financeiro eficiente.

Valor: *Como vai funcionar?*

Salles: Com uma lógica de determinado montante por hectare de produção que a pessoa renuncia.

Valor: *Além do que a lei manda?*

Salles: Tem dois tipos de PSA. Um para a Reserva Legal, pequeno, porque está se cumprindo a obrigação. E um PSA significativo, provavelmente dez vezes maior, para o excedente de Reserva Legal. O proprietário opta se quiser.

Valor: *Qual a contrapartida?*

Salles: É manter a área preservada. Isso permite que através do captador, que é o Banco Mundial, no mundo inteiro, pessoas digam: tenho interesse em doar

US\$ 10 milhões. Quanto dá para preservar em um ano? É uma correlação direta entre recurso e preservação.

Valor: *É o Fundo Amazônia.*

Salles: O Fundo Amazônia não faz isso. Dá dinheiro para estruturar projetos que têm uma lógica, na minha opinião, complexa e de pouca efetividade para dar alternativas à produção. Tanto que não se consegue mensurar de maneira direta, quanto se colocou de dinheiro e quanto de floresta foi preservada com esse dinheiro. Fizemos um filtro de qualidade, desempenho e resultados. Muitos recursos estavam sendo desperdiçados em coisas sem resultado prático.

Valor: *Ministro, é o BNDES quem gere, o fundo tem comitê gestor.*

Salles: O Fundo Amazônia está cheio de casos sem resultado prático algum. Tem recursos demais para resultados de menos. O comitê gestor não faz análise de qualidade, faz análise formal. Precisa melhorar a governança. A parte formal, do encaminhamento do recurso, ok. Mas a qualitativa, do resultado do trabalho, não. A turma conta uma história linda na hora de captar, a maior parte dos recursos vai para o salário do pessoal das ONGs, e não ao destinatário final.

Valor: *Voltando ao PSA: contemplará só produtores rurais? Ou também índios, quilombolas e comunidades que preservam floresta?*

Salles: Pode haver comunidades tradicionais cuja forma de preservar e produzir ensejem o recebimento. No caso das terras indígenas, o titular é a União. Em tese o PSA poderia contemplá-los, mas a quem pagar me parece o ponto complicado. Mas não descarto, não. Acho até bom avaliar isso em um segundo momento.

Valor: Por que Ibama ignorou parecer técnico e liberou leilão de petróleo em área perto de Abrolhos?

Salles: Informação equivocada: não liberou nada, nem eu nem ninguém. Não me meti nesse assunto. Mas foi decisão correta do Eduardo Bim, presidente do Ibama. Dando um passo atrás: o corpo técnico do licenciamento de petróleo e gás no Rio de Janeiro disse que três ou quatro lotes previstos no leilão da 16ª rodada, não comprovaram sua viabilidade ambiental. Não disseram que estava negado, disseram que não houve comprovação de viabilidade ambiental, e portanto recomendavam retirar estes lotes do leilão. Quando tivesse essas informações, fazer novo leilão. Mas isso, comercialmente falando, é impossível.

Valor: *Impossível por quê?*

Salles: Complica a estrutura da Agência Nacional de Petróleo (ANP) para o leilão. O importante é o seguinte: ninguém disse que pode fazer, simplesmente disse que a empresa que comprar os lotes tem que ficar ciente de que essas áreas ainda precisam passar por licenciamento ambiental. E feita a ressalva, o presidente do Ibama disse que não havia necessidade de retirada dos lotes. Quem comprar compra sabendo do risco se o licenciamento não for aprovado. Entrando no caso de Abrolhos, outros lotes já licitados e arrematados no passado estão mais próximos a Abrolhos do que estes. O Ibama da dona Suely [Araújo, que presidiu o Ibama entre 2016 e janeiro] foi quem deu a licença. A tendenciosidade com que isso foi divulgado omite o fato verdadeiro.

Valor: *Por que o sr. demitiu o fiscal do Ibama que multou o presidente por pesca irregular em área protegida?*

Salles: Eu não demiti. Estamos reestruturando várias diretorias; natural que os novos titulares façam mudanças. Se eu quisesse punir esse funcionário, teria feito logo que assumi, não três meses depois.

Valor: *O que o sr. fará com o Conselho Nacional do Meio Ambiente?*

Salles: Precisamos aprimorar o Conama. Um órgão que tem cem titulares e mais cem suplentes é ineficiente. Virou um palco de decisões políticas, mais do que técnicas. Coletamos informações de todos que participam do Conama e agora cabe ao MMA escolher o modelo. Vamos manter a mesma proporção de hoje, de participação de setores. Se deixar, as ONGs querem transformar o Conama em um órgão só de ONGs. E, se deixar, o setor privado quer tirar todas de lá.

Valor: *O sr. quer colocar o valor da multa da Vale, pela tragédia de Brumadinho, em sete parques de Minas? Pode esclarecer?*

Salles: O que estamos negociando com a Vale através da AGU e do Ibama, com contribuições do governo do Estado e do Ministério Público, está em uma figura jurídica chamada "acordo substitutivo".

Valor: *Que significa o quê?*

Salles: Há duas premissas importantes. A primeira é a integralidade da punição, sem nenhum desconto. A segunda é a destinação do recurso. Eu não posso usar o recurso do acordo substitutivo para fazer algo que a Vale já teria que fazer em razão das indenizações. Não posso colocar em Brumadinho porque a lei impede.

A recuperação do ambiente, do rio Paraopeba, da vegetação, a Vale vai fazer e não tem nada a ver com a multa do Ibama.

Valor: *Qual o plano?*

Salles: A Vale vai investir, de acordo com a orientação do ministério, R\$ 250 milhões na estruturação de sete parques de Minas para deixá-los prontos à visitação e serem concessionados. Os recursos que não forem usados nos parques, usaremos em outra coisa. Podemos ajudar no turismo no entorno de Inhotim, que é um polo que não tem nada a ver com a mineração.

Valor: *A crítica ao sr. é que age mais como ministro da Agricultura do que do Meio Ambiente.*

Salles: Sou ministro do Meio Ambiente. Os outros fizeram muito menos pelo Meio Ambiente do que estou fazendo. Recebi o ICMBio destruído, com frota sucateada, prédios abandonados, falta de quadros. O Ibama, a mesma coisa. Não estava tudo perfeito e eu destruí em três meses. Estou consertando o que eles fizeram.

Valor: *Seus antecessores lutavam por mais recursos e mais força para os órgãos ambientais.*

Salles: Mais recurso desperdiçado não adianta nada. Faço mais do que fizeram com até menos.

Valor: *O Código Florestal está ameaçado. No Congresso há grande pressão para desmatar.*

Salles: O Congresso é o Congresso. Eu respondo pelo Executivo. Aqui a nossa função é fazer cumprir a utilização dos mecanismos previstos no Código.

Valor: *Há urgências: um projeto de dois senadores quer acabar com a Reserva Legal. Um deles é Flavio Bolsonaro, filho do presidente.*

Salles: Isso ainda é uma discussão que vai dar muito caminho. E, se por acaso avançar, aí sim o Executivo vai se posicionar.

Valor: *E a Amazônia?*

Salles: Teremos que ter uma postura sincera do que está acontecendo lá e que não seja a falsa dicotomia de "todos do lado de cá querem destruir" e "todos do lado de lá só querem o bem". O aumento do desmatamento vem acontecendo

nos últimos cinco anos, e mais ativamente nos últimos dois anos. Não encontramos o ponto de equilíbrio. É verdade que a floresta vale mais em pé do que deitada, mas desde que com mecanismos para gerar riqueza.

Valor: *Como conseguirá deixar a fiscalização eficiente com corte de 25% no orçamento do Ibama?*

Salles: Tivemos que cortar por ordem do Ministério da Economia. O próprio Ibama escolheu as áreas com menor execução orçamentária no ano anterior. A minha determinação é que as decisões sejam nas verbas de custeio, de locação, limpeza, vigilância predial.

Valor: *Porque mandou tirar do site do MMA os mapas com as áreas prioritárias para a conservação?*

Salles: Não mandei tirar. A secretaria executiva recebeu informação do corpo técnico de que havia muito erro. Estão arrumando e vão subir para o site de novo.

Valor: *O sr. é acusado de protagonizar o desmonte ambiental brasileiro. O que acha disso?*

Salles: Em todas as unidades de conservação que fui, os carros estão destruídos, os barcos, rasgados. Por que me acusam? São eles que destruíram. Não há desmonte.

Valor: *O sr. é monarquista?*

Salles: Sou. Acho os países monarquistas muito mais estáveis. Mas, se daria certo aqui, não sei.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2019

Seção: Especial

Autor: Por De São Paulo

Título: Suely Araújo e antecessora respondem às críticas

A ex-presidente do Ibama Suely Araújo rebateu as afirmações do ministro Ricardo Salles: "Entre junho de 2016 e dezembro de 2018, período da minha gestão no Ibama, não assinei nenhuma licença nem documento algum sustentando a possibilidade de leilões de blocos de petróleo em área próxima a Abrolhos".

"Pelo o que estudei, os técnicos da autarquia passaram a ser consultados na 4ª rodada, em 2002. Documento do Ibama anterior à 5ª rodada apontava o complexo recifal de Abrolhos como a área mais crítica da costa para atividades de exploração de petróleo e gás", diz.

"Abrolhos é uma área de grande importância ecológica e muito frágil, que necessita ser protegida. Me parece questionável e arriscado incluir na próxima rodada blocos na região, contrariando indicação da equipe técnica. Há muita chance de a licença não poder ser emitida posteriormente", diz. Ela defende que leilões de blocos de petróleo só ocorram depois da licença prévia.

O ex-superintendente de Amazonas que está preso [José Leland Barroso preso em abril em ação da Polícia Federal] não foi indicação da ex-presidente do Ibama, mas da bancada estadual, ela esclarece.

A área ambiental sofreu cortes profundos de orçamento nos últimos anos, consequência do ajuste fiscal do governo de Michel Temer, lembra a ex-ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira. Os cortes penalizaram a área, observou à época o ministro José Sarney Filho.

"Embora se tenha experimentado desde 2015 redução de recursos, não tinha sucateamento no Ibama. Frota, barcos e helicópteros eram terceirizados. Recursos internacionais para Áreas Protegidas da Amazônia [Arpa] e compensação ambiental estavam na ordem do dia", diz Izabella.

"Por isso, a cooperação internacional tem mais do que papel relevante, inclusive para o aperfeiçoamento dos modelos de gestão e com o apoio das ONGs", diz Izabella.

"O foco da crítica do ministro Salles é errado", diz Izabella. "Ele quer destruir a partir do conceito do Estado mínimo, quando temos que construir a partir de novos conceitos. Para construir na gestão pública no país, é preciso ter capital político e inteligência estratégica para coordenar políticas, mobilizar, trabalhar de maneira integrada no Brasil e no exterior". Conclui: "Como ele irá entregar a redução do desmatamento no Brasil?", segue. "Não é assim que vai avançar na questão ambiental e no desenvolvimento do país."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/05/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Queda na produção de óleo e gás faz lucro da Petrobrás cair 42% no 1º tri

Tímido. Resultado de R\$ 4 bilhões foi menor do que a projeção de seis bancos, que esperavam ganhos de R\$ 5,6 bilhões de janeiro a março; para próximo trimestre, expectativa de petroleira é de crescimento com a entrada em operação de novas plataformas

Fernanda Nunes/RIO

A Petrobrás fechou o primeiro trimestre com lucro de R\$ 4 bilhões, resultado 42% menor do que o do mesmo período de 2018. A queda na produção de petróleo e gás e adaptações a regras contábeis internacionais foram os motivos da diminuição do resultado. Sem o ajuste contábil, o lucro teria sido de R\$ 5,1 bilhões. O resultado da companhia também foi influenciado por uma provisão de R\$ 1,4 bilhão envolvendo a empresa de sondas Sete Brasil. “É um resultado positivo, considerando, principalmente, as paradas de plataformas que implicaram em queda da produção e um preço de petróleo menor”, diz Helder Queiroz, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e professor do Grupo de Economia da energia da UFRJ (GEE/UFRJ). “Era de se esperar um lucro menor.”

Para ele, chama atenção o endividamento, ainda alto. O mercado financeiro já trabalhava com números mais fracos para a petroleira, mas o lucro veio ainda mais tímido do que as previsões mais pessimistas. A projeção era de ganho de R\$ 5,6 bilhões, considerando a média das previsões de seis instituições financeiras consultadas pelo Estadão/Broadcast. Regras. Esse foi o primeiro balanço divulgado sob a nova norma contábil IFRS 16, que obriga as empresas a classificar como financiamento alugueis de equipamentos, como sondas e plataformas. Com isso, o endividamento ficou US\$ 27,2 bilhões maior, tendo alcançado R\$ 372,2 bilhões. Não fossem essas mudanças, a empresa teria fechado o trimestre com dívida líquida de R\$ 266,3 bilhões.

As novas regras pesaram sobre o principal indicador financeiro utilizado pela companhia, que mede o quanto do caixa está comprometido com o pagamento de dívida. O índice de alavancagem (dívida em relação à geração de caixa) ficou em 3,19 vezes. Sem o ajuste, o indicador teria ficado em 2,37 vezes, mais próximo da meta da companhia, de 1,5 vez. No balanço, o presidente da petroleira, Roberto Castello Branco, ressaltou a intenção de reconquistar o selo de boa pagadora (grau de investimento) dado pelas agências de classificação de risco.

Também falou da priorização dos negócios que dão mais retorno ao capital investido, como o pré-sal. A empresa trabalha ainda na redução dos custos e na continuidade da venda de ativos. “Acreditamos que a redução da alavancagem financeira e do valor absoluto do endividamento, o alongamento do prazo médio de duração e a melhoria considerável no relacionamento com o mercado

global de capitais viabilizará a melhoria na percepção de risco da Petrobrás e a redução do custo de capital”, disse Castello Branco. O resultado também refletiu a queda de 5% da produção de petróleo, por causa de paradas de manutenção no primeiro trimestre.

A expectativa para os próximos três meses, no entanto, é de crescimento, à medida que novas plataformas entrarem em operação. O desempenho operacional foi afetado pela venda de 25% da participação do campo de Roncador e de áreas nos Estados Unidos. Além disso, grandes campos produtores da Bacia de Campos estão em fase de declínio. A instalação de novas plataformas no pré-sal não têm sido suficientes para compensar o volume perdido nessas áreas. Em refino, houve avanços. Na comparação com o primeiro trimestre do ano anterior, a empresa ganhou mercado de diesel, o que levou ao crescimento da produção nas refinarias.

Mas, na ponta, comparando o desempenho com o do trimestre imediatamente anterior, o resultado piorou, principalmente nos segmentos de combustível automotivo. “Isso indica que houve aumento da concorrência no mercado de derivados, em função da prática de preços competitivos pela companhia”, disse a empresa. No balanço, a Petrobrás ainda informou sobre a criação de uma nova diretoria de relações institucionais, encarregada do relacionamento com governos, poderes legislativo e judiciário, órgãos de

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/05/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: » À frente.

Coluna do Broadcast

Na onda da polêmica em torno do preço do diesel, o Social Bank está lançando sua primeira moeda digital lastreada em bens de consumo, focada inicialmente em combustíveis. O modelo é semelhante ao cartão caminhoneiro anunciado pela Petrobrás e pelo governo em meio a ameaças de uma nova greve. O Social Bank, fintech do Sforza, private equity familiar de Carlos Wizard Martins, roda um projeto piloto há pouco mais de um mês em 20 postos e junto a 100 motoristas profissionais. A expectativa é de que o Social Coin, como é chamada, esteja disponível para compra até o final de junho.

» Previsível. A emissão da Social Coin será limitada a até 1 bilhão de moedas e cada consumidor, ou CPF, poderá adquirir montante equivalente a até R\$ 15 mil e potencial de comercializar 1 bilhão de litros de combustível por mês. Ao

moeda garante o combustível a um preço fixo, que é atualizado a cada 30 dias, num valor equivalente ao mínimo e à média do praticado em 80% do território nacional. Para as redes distribuidoras de combustível, o ganho está na fidelidade. Além disso, o Social Bank garante uma margem de retorno aos postos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/05/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras produz menos e reduz margens, e lucro recua 42% no 1º tri

Mudança em normas contábeis também influencia na queda dos ganhos líquidos para R\$ 4 bi

Com queda na produção de petróleo e menores margens nas vendas de combustíveis, a Petrobras fechou o primeiro trimestre de 2019 com lucro líquido de R\$ 4 bilhões, queda de 42% com relação ao verificado no mesmo período do ano anterior.

Segundo a empresa, o resultado foi fortemente impactado por mudanças em normas contábeis a respeito de arrendamento de equipamentos e itens especiais, como provisão de R\$ 1,4 bilhão para litígio envolvendo a empresa de sondas Sete Brasil.

Sem isso, disse a companhia, o lucro seria de R\$ 5,1 bilhões, ou 5% a menos do que o resultado — também ajustado — do mesmo período do ano anterior.

Na comparação com o quarto trimestre de 2018, o lucro de R\$ 4 bilhões anunciado pela estatal é 93% superior.

Em comunicado ao mercado, a companhia comemorou o 16º trimestre seguido com fluxo de caixa positivo e disse que está “firmemente comprometida” com o objetivo de reconquistar o selo de boa pagadora no mercado internacional.

Em sua mensagem aos acionistas, o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, reforçou que a estratégia é focar recursos na exploração e na produção de petróleo e aprofundar seu plano de venda de ativos. Em abril, a companhia anunciou desejo de se desfazer de 8 de suas 13 refinarias.

“Acreditamos que a redução da alavancagem financeira e do valor absoluto do endividamento, o aumento do prazo médio de duração e a melhoria considerável no relacionamento com o mercado global de capitais viabilizará a melhoria da percepção de risco da Petrobras.”

No trimestre, a Petrobras produziu uma média de 2,54 milhões de barris de petróleo e gás, 5% a menos do que no mesmo período do ano anterior, devido à venda de ativos e declínio em campos mais antigos. Com queda na produção e petróleo 5% mais barato, o lucro da área de exploração e produção de petróleo caiu 12%, para R\$ 10,1 bilhões.

Responsável pela produção e venda de combustíveis, a área de refino da Petrobras teve lucro de R\$ 1,9 bilhão, queda de 38% com relação ao primeiro trimestre de 2018. A companhia vendeu 5% a mais no período e diz ter recuperado mercado que era abastecido por importação ao praticar menores margens. A margem do segmento caiu três pontos percentuais, para 8%.

Foi o primeiro balanço divulgado sob a nova norma contábil IFRS16, que determina a contabilização nos ativos também de equipamentos arrendados — e contabilizando como dívida os valores previstos para o pagamento dos aluguéis no longo prazo.

Com grande número de plataformas alugadas, a Petrobras contabilizou um aumento de R\$ 103,4 bilhões em seu endividamento, que chegou a R\$ 372,2 bilhões.

Assim, o indicador de dívida líquida sobre Ebitda (indicador que mede a geração de caixa) foi de 3,19 vezes. Sem considerar os efeitos da mudança contábil, disse a companhia, a dívida seria de R\$ 266,3 bilhões e o indicador de endividamento, de 2,37 vezes. Castello Branco vem dizendo que a meta é chegar a 1,5 vez.

No primeiro trimestre, a Petrobras teve receita de R\$ 80 bilhões, 7% a mais do que no mesmo período de 2018. O Ebitda também aumentou 7%, para R\$ 27,5 bilhões. Com o resultado, a estatal aprovou pagamento de R\$ 1,3 bilhão aos acionistas como dividendos antecipados pelo lucro trimestral.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/05/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: No ano, gasolina sobe 35% na refinaria, mas só 3,7% na bomba

Rio de Janeiro - O preço da gasolina nas refinarias da Petrobras subiu 35% desde o início do ano, mas o repasse ao consumidor está sendo represado nas distribuidoras e, principalmente, nos postos de gasolina. Nas bombas, a alta acumulada do ano é de 3,7%

Segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o preço médio de venda da gasolina no país chegou a R\$ 4,505 por litro na semana passada. É o maior valor do ano, mas ainda bem abaixo do pico de R\$ 4,725, atingido no fim de setembro de 2018.

A escalada dos preços das refinarias em 2019 é explicada pela variação das cotações internacionais do petróleo. Do fim de dezembro até agora, a cotação do petróleo do tipo Brent, referência internacional negociada em Londres, subiu cerca de 30%.

Desde 2017, a Petrobras vem ajustando seus preços de acordo com o conceito de paridade de importação, que representa o custo para trazer combustíveis do mercado internacional, incluindo os gastos com transporte e instalações portuárias e margem de lucro.

A política tem sido questionada, principalmente em momentos de alta nas cotações internacionais, mas empresa e governo defendem que o controle dos preços pode afastar investimentos do setor de petróleo no país. Além disso, como é importadora, a Petrobras tem prejuízos se vender combustíveis abaixo do preço de compra.

Apesar da alta nos preços durante o ano, importadores questionam os cálculos da Petrobras, alegando que a empresa pratica valores abaixo do mercado internacional e dificulta a concorrência com fornecedores privados.

Nas refinarias, a gasolina é vendida a R\$ 2,045 Por litro, em média, desde o último reajuste, no dia 30 de abril —foi o terceiro aumento apenas naquele mês. O preço da Petrobras, portanto, representa 45% do preço final do produto.

Com vendas em baixa devido à crise econômica, porém, os outros elos da cadeia vêm alegando dificuldades para repassar. Segundo a ANP o preço médio de venda do combustível pelas distribuidoras chegou a R\$ 4,0 82 por litro na semana passada, aumento de 5,8% ante o início do ano.

Já a margem de lucro dos postos caiu 12,8% no ano, chegando na semana passada a R\$ 0,423 por litro, recuando a níveis históricos após um período de alta no fim de 2018, quando as cotações do petróleo e, consequentemente, o preço nas refinarias da Petrobras estava mais baixo. Nicola Pamplona

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/05/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA E RAMONA ORDONEZ

Título: Lucro da Petrobras cai 42% no 1º trimestre e soma R\$ 4,03 bilhões

Queda na produção, menores margens de vendas e aumento das despesas financeiras influenciaram o resultado

A Petrobras teve lucro líquido de R\$ 4,03 bilhões entre janeiro e março, queda de 42% na comparação com o primeiro trimestre de 2018. Uma série de fatores influenciou o resultado, como a queda na produção com a paralisação de plataformas para manutenção, menores margens na venda de combustíveis e o aumento de despesas financeiras com novas regras contábeis. O resultado veio abaixo do esperado pelo mercado, que projetava até R\$ 5,3 bilhões. Em relação ao quarto trimestre de 2018, o lucro subiu 92%.

Nos três primeiros meses do ano, a produção de petróleo e gás chegou a 2,46 milhões por dia, queda de 5% em relação ao mesmo período de 2018 e de 4% na comparação com o quarto trimestre. O preço internacional do petróleo no período ficou 5% abaixo do praticado no início de 2018, prejudicando as margens da estatal. Em relação ao quarto trimestre, a queda foi de 7%.

O fraco desempenho da economia fez o volume geral de vendas da estatal cair 2% no primeiro trimestre ante mesmo período de 2018. As vendas de óleo combustível caíram 10%, e as de gasolina, 7%. As do diesel subiram 12%.

— O resultado veio menor que o esperado porque, no começo do ano, havia a expectativa de que a economia iria se recuperar. Mas o ritmo da atividade econômica está se desacelerando. Aliado a isso, o petróleo e a produção caíram —avalizou Pedro Galdi, analista da Mirae Asset Corretora.

A estatal informou que vai distribuir aos acionistas R\$ 1,3 bilhão em juros sobre capital próprio no dia 5 de julho.

BR PODE AVALIAR REFINARIAS

No comunicado, a Petrobras citou ainda a influência do aumento das despesas financeiras — de R\$ 5,85 bilhões no primeiro trimestre de 2018 para R\$ 6,81 bilhões no deste ano — no resultado. Isso aconteceu por causa da mudança na contabilização de despesas com arrendamento de equipamentos e embarcações com a adoção do padrão contábil IFRS 16, obrigatório a partir de janeiro, e do maior ágio na recompra de títulos de dívidas no mercado de capitais.

Sem o IFRS 16, a estatal teria registrado lucro mais alto, de R\$ 5,1 bilhões, no trimestre. Também pesou o provisionamento de R\$ 1,3 bilhão por causa de litígios com a arrendadora de sondas Sete Brasil, um dos alvos da Operação Lava-Jato.

No comunicado, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, reafirmou a intenção de se concentrar na exploração e produção de petróleo. Ontem, o presidente da BR Distribuidora, Rafael Grisolia, disse que a subsidiária deve estudar eventual participação na venda de refinarias da Petrobras. A BR lucrou R\$ 477 milhões no primeiro trimestre:

— É claro que, como distribuidor, a gente tem o dever de olhar isso de diversos ângulos, e isso a gente vai fazer sempre.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Tesoura corta nas Forças Armadas

A notícia chegou como uma bomba no almoço de ontem do Alto Comando das Forças Armadas. A ordem do Ministério da Economia foi de corte de 43% no orçamento do Ministério da Defesa. Esse foi o assunto, indigesto, do almoço. Na área econômica, a informação é de que está havendo uma queda de nada menos do que R\$ 30 bilhões nas receitas esperadas, além dos R\$ 12 bilhões que entrariam caso a Eletrobras fosse privatizada.

O presidente Jair Bolsonaro estava lá, junto com o ministro Augusto Heleno, e havia uma especulação de que um dos assuntos seria a crise provocada pelos ataques nas redes sociais de Olavo de Carvalho — incensado pelo próprio presidente e seus filhos — aos ministros militares. O assunto foi sepultado pela notícia dos 43%. O comentário de um general presente é que "nem no período do PT houve corte tão grande".

O ministro Fernando Azevedo disse que as Forças Armadas têm que buscar uma saída, mas os comandantes saíram desanimados do almoço, porque uma redução desse tamanho eles nem sabem como administrar.

No Ministério da Economia a explicação para a tesoura voadora é que houve encolhimento da previsão do crescimento do PIB. A retomada que se esperava não ocorreu, e a frustração é cada vez maior com o ritmo de alta do Produto Interno Bruto. Esta semana, a mediana das projeções do mercado chegou a ficar abaixo de 1,5%, mais precisamente, 1,49%.

No Orçamento, a alta prevista do PIB era de 2,5%. Já foi revista para 2,2%, mas novo corte é esperado na reunião da Junta Orçamentária no próximo dia 22. Todos os sinais que chegam ao governo são de economia esfriando. Alguns economistas do mercado começam a temer até um outro período recessivo.

O próprio Ministério da Fazenda está olhando quais de seus próprios órgãos podem ser reduzidos. Vários setores da máquina ficarão com o funcionamento integral inviabilizado. Além da queda das receitas pela redução do crescimento do PIB, o governo havia calculado um preço médio de petróleo a US\$ 74 no ano, e a média esperada agora caiu para US\$ 61. O petróleo mais alto pressiona preços dos combustíveis, mas eleva a arrecadação do governo. A receita caiu também pela diminuição da massa salarial. No Orçamento estava prevista a entrada de R\$ 12 bilhões com a venda de ações da Eletrobras, mas o processo atrasou e não tem data certa.

Por isso esse valor foi tirado da peça orçamentária, e foi preciso congelar gastos em quantia equivalente. A situação pode se reverter ao longo do ano, mas o governo começa a contar com o "se". Se houver alta do petróleo, se melhorar o nível de atividade. Dependendo do ministro Alexandre de Moraes, o dinheiro da Petrobras, que iria para o fundo da Lava-Jato, pode ir para o Tesouro.

Os investimentos foram cortados brutalmente. Para se ter uma ideia, o total de investimento público era de 1,33% do PIB em 2014, caiu para 0,77% em 2018 e este ano, com sorte, fica em 0,5% do PIB, explicam fontes do governo.

No último relatório bimestral das despesas, o Ministério da Economia havia previsto um corte de 22%. O problema é que duas semanas depois alguns gastos extras precisaram ser cobertos. Foram R\$ 3 bilhões para os ministérios do Desenvolvimento Regional, da Ciência e Tecnologia, e da Infraestrutura. Juntando os pedidos emergenciais, foram R\$ 3 bilhões. Além disso, houve uma liberação de recursos para o Exército em Roraima e pagamento de peritos da Secretaria da Previdência. E isso fez a tesoura ir para outros gastos.

No almoço de ontem a explicação dada para um corte tão draconiano foi que o quadro está bem adverso. Que há necessidade de fazer ajuste fiscal, há falta de recursos, e só a aprovação das reformas pode mudar o clima na economia.

O presidente Bolsonaro, de manhã, voltou a defender Olavo de Carvalho, apesar de todos os absurdos que ele disse nos últimos dias. Por isso, havia a especulação de que esse assunto poderia ser tratado. O general Villas Bôas deixou claro seu desagrado na longa nota da segunda-feira. Mas o tema não chegou a ser falado. Problemas irreais foram deixados de lado, para se tratar do principal: como cortar tanto no orçamento e ainda ser operacional. Uma fonte, ao sair, disse que não tem ideia de como conviver com um corte dessa dimensão.

VEÍCULO: O Globo**Data: 08/05/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Rádio Mineração**

O que se diz é que o novo presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo, deve trocar quase toda a diretoria executiva, mas a médio prazo. A curto, deve mudar a diretoria de relações institucionais, hoje ocupada por Luiz Eduardo Osório.

MME / ASCOM .